

GÊNERO, IDENTIDADE E EXCLUSÃO POLÍTICA EM JUDITH BUTLER E IRIS YOUNG

GENDER, IDENTITY AND POLITICAL EXCLUSION IN JUDITH BUTLER AND IRIS YOUNG

*Amanda Soares de Melo*¹

Resumo: Neste artigo exploro a crítica de Iris Young a algumas das teses de Judith Butler em *Problemas de Gênero: Feminismo e Subversão da Identidade* (1990). A autora considera que a proposta política de Butler é muito fraca para dar conta das tarefas que o feminismo, enquanto movimento político emancipatório, busca realizar. Todavia, é a partir das críticas de Butler e de outras feministas, que Young busca reformular o conceito de gênero, desvinculando-o da noção de identidade. O gênero entendido em termos de serialidade promove simultaneamente tanto uma crítica da injustiça estrutural, quanto um reconhecimento da diferença entre mulheres. Essa elaboração acaba exigindo da autora uma revisão de seus trabalhos anteriores, mas permite uma resposta inovadora ao problema do essencialismo.

Palavras-chave: Identidade. Gênero. Essencialismo. Judith Butler. Iris Young.

Abstract: In this article, I explore Iris Young's critique of some of Judith Butler's theses on *Gender Trouble: Feminism And the Subversion of Identity* (1990). The author considers that Butler's political proposal is too weak to deal with the tasks that feminism as an emancipatory political movement seeks to accomplish. However, it is from the criticisms of Butler and other feminists that Young seeks to reformulate the concept of gender, detaching it from the notion of identity. Gender understood in terms of seriality simultaneously promotes both a critique of structural injustice and an acknowledgment of the difference between women. This elaboration ends up requiring the author to revise her previous works but allows an innovative answer to the problem of essentialism.

Keywords: Identity. Gender. Essentialism. Judith Butler. Iris Young.

1. Introdução

Usualmente, o feminismo é definido como um movimento que luta contra a situação de opressão que as mulheres vivem e compartilham entre si. Todavia, até os dias de hoje, a categoria “mulheres” é uma noção em discussão, pois não há um consenso acerca do seu conteúdo. Historicamente, houve muitos debates se as mulheres deveriam ser definidas em termos biológicos ou se o significado da categoria dependeria de fatores sociais e históricos. Além disso, seria a categoria “mulheres” uma forma de nomear um coletivo social homogêneo e unificado? ou as diferentes características, experiências e

¹ Mestra em Filosofia pela Universidade Federal do ABC – UFABC. E-mail: amandasdmelo@gmail.com. ORCID: 0000-0002-9318-4173.

trajetórias de vida de cada mulher inviabilizariam o uso da categoria enquanto um coletivo?

A importância de tais questões para a discussão feminista se traduz não apenas porque era politicamente necessário definir a nome de *quem* as feministas reivindicariam direitos e justiça, mas também porque, a partir da década de 90, denúncias de exclusão de mulheres dentro do próprio movimento se intensificaram. O problema da exclusão foi amplamente debatido como o problema do essencialismo, em suas variadas versões². Sobre tal questão, os trabalhos de Iris Young e Judith Butler promoveram importantes contribuições, ainda que em direções distintas, para a teoria feminista. Em particular, na obra *Problemas de Gênero: Feminismo e Subversão da Identidade (1990)*, Judith Butler argumenta por um abandono da categoria universal de “mulheres”, devido ao seu caráter normativo e excludente. Para Butler, a insistência nessa categoria tem condenado a plena representação política das mulheres ao fracasso e impedido o surgimento de novas formas de atuação política que possam desestabilizar as configurações hegemônicas de gênero.

Neste artigo, eu exploro a crítica que Iris Young lança sobre *Problemas de Gênero*. A autora considera que a proposta política de Butler é muito fraca para dar conta das tarefas que o feminismo, enquanto movimento político emancipatório, busca realizar. Young também considera que um abandono completo da categoria de “mulheres” oferece riscos porque a noção de “mulheres” como um coletivo social é o que dá especificidade ao movimento político feminista. Apesar de apontar esses problemas, Young concorda com a crítica que Butler faz do binarismo de gêneros, do sujeito autônomo e, ainda, reconhece os limites de um discurso representacional. Não apenas isso, Young utiliza as críticas de Butler e de outras feministas, como combustível para a reformulação do conceito de gênero, desvinculando-o da noção de identidade. O gênero entendido em termos de serialidade permite simultaneamente tanto uma crítica da injustiça estrutural, que é negligenciada pelas abordagens desconstrutivistas de gênero, quanto um

² Segundo Phillips (2010, p. 6) há pelo menos três formas de essencialismo que se tornaram objeto de crítica nos estudos feministas. A primeira forma consiste na simples atribuição de características como sendo compartilhadas entre todos os membros de uma categoria. A segunda forma é atribuir tais características como condições necessárias para pertencer a uma categoria, por exemplo, a forma como o determinismo biológico neutraliza e oculta a dimensão socialmente construída do sexo ou gênero. A terceira forma consiste na pressuposição necessária de um coletivo como sujeito ou objeto, a fim de possibilitar a ação política, por exemplo, a classe trabalhadora, as mulheres como sujeito do feminismo etc. De acordo com Phillips é possível adotar os três, bem como adotar algum tipo e rejeitar os outros.

reconhecimento da diferença entre mulheres. Permite, portanto, uma resposta inovadora ao problema do essencialismo.³

Este artigo se divide em dois momentos: Em um primeiro momento, apresento a teoria de gênero de Judith Butler em três seções: os pressupostos teóricos de *Problemas de Gênero*, a interpretação de Butler sobre sexo e gênero e a política do gênero⁴. Em um segundo momento, apresento as críticas de Iris Young à Judith Butler em quatro seções: a noção de grupos sociais de Young, os limites da política cultural ou desconstrutiva, o gênero para além da subjetividade e a resposta de Young ao problema da “mulher universal”. Nesse trajeto busco reconstruir o percurso que leva à reformulação do conceito de gênero por Young, exigindo uma revisão parcial de seus trabalhos anteriores.

2. Judith Butler e a teoria da performatividade

2.1. Os pressupostos teóricos de *Problemas de Gênero*

Em *Problemas de Gênero*, Judith Butler toma, como ponto de partida, o trabalho de Simone de Beauvoir e Gayle Rubin. Ambas autoras contribuíram para dar ao gênero um significado que foi sendo delineado como, nos termos de Beauvoir, a situação que as mulheres ocupam na sociedade e, nos termos de Rubin, a dimensão cultural inscrita sob o sexo biológico. Em *O Segundo Sexo* (2016), escrito originalmente em 1949, Beauvoir parte da categoria da mulher para mostrar que ela foi construída e definida pelos homens. Seu objetivo é entender o significado dessa categoria e porque lhe é atribuída uma dimensão inferior, uma vez que não há sequer um consenso sobre o que exatamente “mulher” significa. A autora analisa diversas teorias que buscavam justificar os papéis sociais que as mulheres desempenham em termos biológicos, todavia constata que para ser mulher não é suficiente ser uma fêmea da espécie humana, pois cumpre participar de uma realidade misteriosa chamada “feminilidade” (BEAUVOIR, 2016, p. 9).

³ Há quem defenda que Young não supera totalmente a crítica de essencialismo. Sobre a crítica ao perspectivismo social, ver Seyla Benhabib em “The claims of culture: equality and diversity in the global era” (2002, p. 137).

⁴ Embora nesse artigo a intenção não seja apontar as possíveis respostas de Butler às objeções de Young, em seus escritos posteriores, Butler revê uma série de posicionamentos adotados em *Problemas de Gênero*. Para pontuar só alguns temas: sobre a identidade e uso da categoria “mulheres” ver Prefácio (1999) de reedição de *Problemas de Gênero: Feminismo e Subversão da Identidade*. Sobre os limites da política cultural, ver o capítulo “The question of social transformation” de *Undoing Gender* (2004). Sobre a questão universalismo, ver “Restaging The Universal: Hegemony and the Limits of Formalism” em *Contingency, Hegemony, Universality* (2000).

Dessa maneira, apesar da autora considerar que as diferenças biológicas entre homens e mulheres não podem ser negligenciadas, Beauvoir rejeita que tais diferenças determinem o destino de ambos. O corpo da mulher é parte da situação que ela ocupa em sociedade, mas não é suficiente para defini-la, pois são necessárias noções econômicas e sociais para atribuir a esse corpo uma condição de fraqueza e inferioridade. A conclusão de Beauvoir é que a situação de subordinação das mulheres é socialmente construída e não tem nenhuma base biológica. Em suas palavras,

Ninguém nasce mulher: torna-se mulher. Nenhum destino biológico, psíquico, econômico define a forma que a fêmea humana assume no seio da sociedade; é o conjunto da civilização que elabora esse produto intermediário entre o macho e o castrado, que qualificam o feminino (BEAUVOIR, 2016, p. 9).

O trabalho de Beauvoir e seu pioneirismo de analisar filosoficamente a condição das mulheres consagrou um modelo interpretativo-explicativo que influenciou o surgimento posterior da distinção de sexo e gênero, criada por Gayle Rubin no ensaio “O Tráfico de Mulheres: Notas sobre a ‘Economia Política’ do Sexo”, escrito em 1975. Neste trabalho, Rubin toma um ponto de partida parecido com o de Beauvoir. A questão que orienta o seu trabalho é: “o que faz uma fêmea da espécie humana se tornar uma mulher oprimida?” (RUBIN, 1974, p. 2). Com este ensaio, a ideia de Rubin é elaborar uma explicação alternativa para a origem da subordinação feminina que não utilize o conceito de patriarcado. A autora denomina essa nova explicação como “sistema sexo/gênero”, noção elaborada a partir dos trabalhos de Freud e Lévi-Strauss.

Rubin busca mostrar que a distinção de gênero corresponde a uma construção cultural realizada sob uma distinção biológica que, em si, não tem significado. De acordo com Rubin, seria possível dizer que toda sociedade possui um sistema de sexo/gênero: “um conjunto de arranjos através dos quais a matéria-prima biológica do sexo e da procriação é moldada pela intervenção humana e satisfeita de forma convencional, pouco importando o quão bizarras algumas dessas convenções podem aparecer” (RUBIN, 1975, p. 3). O importante para Rubin aqui é explicar, a partir de estudos antropológicos sobre sociedades primitivas, que as funções e tarefas atribuídas a diferentes sexos (feminino /masculino) são definidas por uma diferença sexual, mesmo em diferentes comunidades tradicionais. A razão é que, através da distinção de tarefas por sexo, é gerada uma dependência mútua entre homens e mulheres, o que garante a união necessária para a reprodução da espécie e vínculo entre os diferentes grupos. Nesse sentido, Rubin aponta

que o relacionamento entre homem e mulher não é justificado totalmente em termos biológicos porque, se fosse o caso, não seria necessário um conjunto de regras e funções sociais que os vinculam como casal.

Para Rubin, a troca de mulheres é o princípio fundamental em que tal sistema de gêneros se baseia, as mulheres eram trocadas entre grupos, sem direito de escolha, configurando a forma como se obtinha acesso sexual, genealógico, ancestral, em suma, permitindo o desenvolvimento de sistemas concretos de relações sociais. A troca de mulheres se tornou, como Lévi-Strauss mostra, mais importante que a troca de presentes porque permitia, através de relações heterossexuais e casamento monogâmico, um elo mais duradouro entre os grupos potencialmente rivais. Nas palavras de Rubin,

Presentear mulheres tem um resultado muito mais profundo do que o de outras transações de presentes, porque o relacionamento estabelecido desta forma não é apenas de reciprocidade, mas de parentesco. Os parceiros da troca tornam-se afins, e seus descendentes parentes de sangue: “Dois grupos podem unir-se mediante relações amistosas e trocar presentes, embora disputem e combatem entre si mais tarde, mas o intercassamento liga-os de maneira permanente (Lévi Strauss)” (RUBIN, 1975, p. 22).

Com base nisso, Rubin critica a naturalização da masculinidade e feminilidade, porque tais características não estão ligadas ao sexo, como alguns pensavam, mas antes ao gênero e refletem papéis sociais historicamente contingentes, que seriam variáveis de sociedade para sociedade. Assim, Rubin afirma que a criação dos gêneros, ou seja, masculinidade/feminilidade, é resultado da forma como os sistemas de parentesco são impostos aos indivíduos em determinadas sociedades, tornando o gênero como a base da organização social. Assim, um dos princípios básicos da teoria do parentesco de Lévi-Strauss, a troca de mulheres é considerada como um modelo que explica a opressão das mulheres nos sistemas sociais, porque instaura de forma mais acentuada a diferença sexual. Como afirma,

Homens e mulheres são, naturalmente, diferentes. Mas eles não são diferentes como o dia e a noite, terra e céu, yin e yang, vida e morte. Na verdade, da perspectiva da natureza, homens e mulheres são mais próximos um do outro que o são de qualquer outra coisa – por exemplo, montanhas, cangurus ou coqueiros. A ideia de que homens e mulheres são mais diferentes entre si que o são de qualquer outra coisa, deve vir de alguma outra esfera que não a da natureza... Longe de ser uma expressão de diferenças naturais, a identidade de gênero exclusiva é a supressão das semelhanças naturais (RUBIN, 1975, p. 69).

Como resultado, para Rubin, os sistemas de parentesco criam dois gêneros binários, a partir da biologia e da divisão sexual do trabalho. Essa configuração acarreta uma dependência mútua entre homens e mulheres construída artificialmente, assim como marca a imposição social da heterossexualidade às mulheres visando a reprodução. Nesse sentido, os sistemas de parentesco criaram homens e mulheres heterossexuais. A conclusão de Rubin é que a opressão dos homossexuais e a resistência quanto a homossexualidade é fruto do mesmo sistema cujas regras oprimem as mulheres.

A partir do trabalho de Rubin temos a consolidação da dicotomia sexo/gênero que passa a ser essencial às análises feministas. Além disso, o trabalho de Rubin possibilitou um avanço na análise feminista, porque, enquanto a maioria das teorias tratavam a heterossexualidade como algo natural, Rubin desnaturalizou a heterossexualidade, abrindo portas para outras formas de interpretação de gênero e sexo. A análise de Judith Butler irá apontar tanto rupturas quanto continuidades com os trabalhos de Beauvoir e Rubin.

2.2. A interpretação de Butler sobre sexo e gênero

Em *Problemas de Gênero*, Butler reconhece o mérito de Beauvoir e Rubin, mas aponta algumas limitações em suas interpretações. Butler diz que ambas mantiveram um binarismo injustificado sobre os gêneros. Ainda que o conceito de gênero e sua diferenciação daquele de sexo tivesse como objetivo o questionamento da visão de que a biologia serve como destino para as mulheres, ambas autoras sustentaram a ideia de que o sexo é biológico e naturalmente dado. Portanto, ambas entendem o sexo como a base biológica sob a qual o gênero é construído. Para Butler, se for verdade que “os gêneros são os significados culturais assumidos pelo corpo sexuado” (BUTLER, 2014, p. 24), então a distinção gênero/sexo deveria significar uma noção de gênero como interpretação múltipla do sexo.

Nesse sentido, se o gênero não deriva do sexo, isso implica que uma fêmea não precisaria ter um gênero feminino e o mesmo equivale para o macho e masculino. Assim, Butler identifica que o sistema ocidental binário de gênero pressupõe sempre uma mimesis entre gênero e sexo, sendo o gênero uma repetição do sexo (BUTLER, 2014, p. 24). Todavia, o que foi apresentado por Rubin e Beauvoir possibilita concluir o oposto, uma vez que a distinção sexo/gênero possibilitaria uma descontinuidade radical entre os

corpos biológicos e os gêneros socialmente construídos. Assim, não haveria motivo algum para pressupor que os gêneros se limitam a um número de dois. Dessa maneira, o trabalho de Rubin e Beauvoir levam a consequências que não foram previstas pelas autoras.

Em sua análise, Butler vai além ao questionar não somente o gênero como mimesis do sexo, mas também o próprio status não construído do sexo. Butler afirma que assumir o sexo como pré-cultural é uma das formas pelas quais o poder assegura sua estrutura binária e sua estabilidade interna (BUTLER, 2014, p. 28). Nesse sentido, para a autora, por meio de uma investigação genealógica inspirada em Foucault, se revela que categorias como sexo e o gênero são efeitos de práticas, discursos, instituições e não causas, cujos pontos de origens são múltiplos e difusos. Assim, um erro das teorizações anteriores é colocar o sexo como categoria que institui o gênero, tornando impossível investigar se o próprio sexo não tem uma história, se ele próprio não é uma construção cultural.

O significado que a questão reprodutiva da mulher tem para Beauvoir e Rubin é interpretado de uma forma completamente diferente no trabalho de Butler. A autora enfatiza que a demarcação das diferenças biológicas são, em si mesmas, fruto de uma interpretação cultural que se apoia em pressupostos naturalizados (BUTLER, 2014, p. 24). Enquanto Beauvoir afirma que o corpo da mulher é parte de sua situação, Butler diz que não há um corpo que não tenha sido interpretado por meio de significados culturais. O sexo seria, então, gênero desde o início, uma vez que para que os corpos ganhem uma existência signicável eles necessitam da marca de gênero (BUTLER, 2014, p. 30). Assim, Butler coloca a própria distinção sexual da espécie humana como sendo construída culturalmente.

Segundo Butler, a interpretação do sexo como um fato biológico seria um efeito de umas práticas discursivas que regulam os comportamentos esperados dos sujeitos. Essa ideia serve para assegurar a manutenção do sistema de opressão vigente que exige a repressão da homossexualidade, naturalizando a estrutura binária do sexo e impedindo a possibilidade de contestação, uma vez que é um dado e não uma construção (BUTLER, 2014, p. 25). Certas regras sociais acabam constringendo mulheres e homens a aderirem essa estrutura binária desde o início de suas vidas, o que contraria a noção de corpo “natural”. Desse modo, a construção fictícia do sexo como um dado participa da regulação e produção das identidades de gênero hegemônicas.

Sobre a consolidação das identidades de gêneros que conhecemos, Butler afirma que estas possuem como fundamento a metafísica da substância que pressupõe, na formulação gramatical de sujeito e predicado, um reflexo de uma realidade ontológica anterior (substancial). Dessa ideia derivaria a concepção popular de que “somos” um gênero ou sexo, de forma que uma pessoa seria um gênero em decorrência do seu sexo, isto é, “do seu sentimento psíquico do eu e das diferentes expressões desse eu psíquico”, como o desejo sexual (BUTLER, 2014, p. 51). Mas, na verdade, a identidade de gênero longe de ser uma característica permanente é, antes, um ideal normativo. Para Butler, a noção de identidade de uma pessoa, bem como sua coerência e continuidade, é socialmente instituída por normas.

Desse modo, as instituições externas ditam o que a pessoa é e não uma característica interna ao ser, pois são as instituições formadoras que conferem as condições de possibilidade de existência como tal (BUTLER, 2014, p. 38). Não há, para Butler, uma realidade ontológica anterior à formulação gramatical de sujeito e predicado. Eles possuem apenas realidade linguística (BUTLER, 2014, p. 42). Por essa razão, Butler enfatiza que a noção de identidade só é sustentada por conceitos determinantes de sexo, gênero e desejo, pela coerência da matriz heterossexual, segundo a qual é necessário ter um sexo estável que seja expresso por um gênero estável (binário) e que é definido oposicionalmente e hierarquicamente por meio da prática da heterossexualidade.

Assim, essa demarcação binária que se sobrepõe sobre os tipos de pessoas estabelece quais são os tipos vistos como impossibilidades lógicas, uma vez que o processo de construção dessa demarcação se dá por meio de operadores de exclusão e negação. Os sujeitos que fogem do binarismo e possuem outras configurações de gêneros, que não pertencem aos tipos inteligíveis, sofrem diretamente as consequências dessa exclusão sendo vítimas de diversas formas de violência. Além disso, o tempo todo, as ambiguidades e incoerências nas práticas homossexuais, heterossexuais e bissexuais são ocultadas e reescritas pelas normas reguladoras para serem adequadas à estrutura binária. Todavia, são essas ambiguidades que possibilitam, ao mesmo tempo, intervenção, deslocamento e denúncia dessas normas (BUTLER, 2014, p. 167). As configurações de gênero destoantes são, portanto, aquelas que contestam a naturalização do binarismo e, por essa razão, elas são proibidas.

Butler afirma que essas configurações de gênero destoantes são vistas como falhas no interior da matriz heterossexual. Todavia, são elas que revelam a instabilidade dos gêneros e mostram que os pressupostos “naturais” do gênero foram construídos. Para

Butler, o gênero, na verdade, é “a estilização repetida do corpo, um conjunto de atos repetidos no interior de uma estrutura reguladora altamente rígida, a qual se cristaliza para produzir a aparência de uma substância, de uma classe natural de ser” (BUTLER, 2014, p. 39). As configurações de gênero destoantes colocam os limites da inteligibilidade dos gêneros, criando “matrizes rivais e subversivas de desordem do gênero” (BUTLER, 2014, p. 39).

A característica performativa do gênero é o que permite, segundo a autora, a existências dessas matrizes rivais. Tais expressões de gênero decorrem da própria linguagem binária e da matriz de poder heterossexual, não sendo, portanto, ontologicamente anteriores. Dessa forma, os gêneros são formados por modos de agir associados à masculinidade e a feminilidade e são disciplinados pela heteronormatividade que estabelece controle sobre os gêneros. Na produção destes, esse caráter político dos gêneros é ocultado dando a aparência de que são naturais. Como afirma,

o gênero não é substantivo, mas tampouco é um conjunto de atributos flutuantes, pois vimos que seu efeito substantivo é performativamente produzido e imposto pelas práticas reguladoras da coerência do gênero. Consequentemente, o gênero mostra ser performativo no interior do discurso herdado da metafísica da substância — isto é, constituinte da identidade que supostamente é (BUTLER, 2014, p. 48)

Em suma, Butler interpreta o gênero como algo constituído por atos ou sequências de atos involuntários, de modo que não há nada fora da norma de gênero binária. O gênero seria, portanto, mais um “fazer” contínuo que um “ser” propriamente dito (SALIH, 2012, p. 89). Nesse sentido, uma vez que a reprodução dos gêneros cria a aparência de naturais, a saída para desconstrução das normas de gêneros passa também pela performance. Longe de se tratar de uma tarefa prescritiva, Butler enfatiza que estamos empenhados na performance desde o nosso nascimento, pois ela é independente da vontade dos sujeitos. As normas de gênero são produzidas dentro de um quadro regulatório altamente rígido e a única forma de desconstruí-las consiste em interpretá-las em uma nova configuração.

Vemos, desse modo, que Butler amplia a crítica de Rubin e Beauvoir para contestar não apenas a forma como os gêneros seriam justificados pelos sexos, mas a própria distinção sexual em macho e fêmea. E, mais do que isso, Butler aponta que a construção desse binarismo se dá às custas da exclusão. Os sujeitos que não “adotam” as identidades de gênero estabelecidas como inteligíveis acabam sofrendo muito ao longo da vida, tendo seus direitos restringidos e frequentemente são mal representados. Assim,

para Butler, o feminismo deveria abandonar a insistência de dar um caráter substancial ao gênero. Ao tomar do gênero, entendido em termos binários, o significado da feminilidade que dá o conteúdo à categoria de “mulheres”, o feminismo estaria excluindo partes das vozes que ele almejava representar (BUTLER, 2014, p. 25).

2.3. A política do gênero

Butler inicia *Problemas de Gênero* com a crítica ao sujeito feminista, entendido sob a identidade universal de “mulheres”. Segundo Butler, quando não problematizadas, certas afirmações como “ser” mulher e “ser” heterossexual são sintomáticas da metafísica das substâncias do gênero (BUTLER, 2014, p. 51). Contrariando a tradição feminista que buscava encontrar a “verdade íntima do feminino”, Butler busca enfatizar o caráter múltiplo e performativo dos gêneros e, portanto, rejeita algo que defina o que é ser mulher. O questionamento do binarismo implica, segundo Butler, na contestação da própria unidade que envolveria a noção coletiva de “mulheres”. Assim, se não há necessariamente uma relação entre ser fêmea e ser feminina ou ser macho e ser masculino, a categoria de “mulheres” passa a ter muito mais possibilidades de significado (BUTLER, 2014, p. 24).

Segundo Butler, a noção de que as mulheres compartilham uma identidade tem origem em um tipo de posição teórica que procura um fundamento universal para o feminismo, sendo o binarismo uma consequência dessa visão. O feminismo tradicionalmente assumiu que existia um “anterior” ao gênero ao buscar as raízes da opressão das mulheres. Tal prática impediu a própria contestação desse “anterior”, pois o pressupunha como certo. Ao questionar a unidade da categoria “mulheres”, Butler rejeita a ideia de que elas compartilham características comuns e, portanto, poderiam se fazer representar em um sujeito universal. A consequência de tal visão, para Butler, é uma linguagem normativa que diz o que é e o que não é uma mulher, provocando exclusão dentro do próprio feminismo.

Para Butler, “se alguém ‘é’ uma mulher, isso não encerra tudo o que esse alguém é” (BUTLER, 2014, p. 20), o termo não consegue ser exaustivo dado que nem sempre se constituiu de uma forma unívoca e consensual nos variados contextos em que vivem as mulheres. Por meio de uma investigação genealógica, Butler indica que o sujeito não precede a inscrição de gênero e sexo, mas é instituído em contextos específicos, sendo o próprio nascimento uma cena de subjetivação. O gênero estabelece “interseções com modalidades raciais, classistas, étnicas, sexuais, e regionais de identidades

discursivamente constituídas” (BUTLER, 2014, p. 20). Nesse sentido, separar o conteúdo da categoria do contexto em que ela é estabelecida é um grande equívoco. O sujeito descontextualizado de classe, raça e etnia é incompatível com a identidade como uma noção singular. Nesse aspecto, Butler amplia a ideia de Beauvoir sobre tornar-se mulher, como afirma,

Se há algo de certo na afirmação de Beauvoir de que ninguém nasce e sim toma-se mulher decorre que mulher é um termo em processo, um devir, um construir de que não se pode dizer com acerto que tenha uma origem ou um fim. Como uma prática discursiva contínua, o termo está aberto a intervenções e re-significações. Mesmo quando o gênero parece cristalizar-se em suas formas mais reificadas, a própria cristalização é uma prática insistente e insidiosa, sustentada e regulada por vários meios sociais. Para Beauvoir, nunca se pode tornar-se mulher em definitivo, como se houvesse um telos a governar o processo de aculturação e construção (BUTLER, 2014, p. 58).

Dado o caráter múltiplo dos gêneros, dado que as mulheres não compartilham uma essência biológica, fica difícil manter a categoria de “mulheres” como sujeito do feminismo, uma vez que ela acaba sendo normativa e excluindo mulheres, ao invés de conseguir representá-las. Assim, Butler questiona a aderência a uma categoria ampla de mulheres como base do feminismo, porque ao invés de gerar o consentimento imediato daquelas que se sentem representadas, a categoria de “mulheres” se tornou uma causa de ansiedade.

Antevendo as críticas que encontram um risco para a ação política ao abrir mão dessa categoria, Butler responde que ao insistir na construção dessa categoria fictícia, feminismo estaria impedindo a realização plena da sua política representacional (BUTLER, 2014, p. 25). Se Foucault está certo, afirma Butler, então a formação jurídica da linguagem e da política que representa as mulheres como “o sujeito” do feminismo é em si mesma um efeito de uma dada versão da política representacional que produz sujeitos presumivelmente masculinos, determinados em conformidade com os eixos diferenciais de dominação. Dessa forma, o sujeito feminista se mostra discursivamente construído pelo sistema jurídico-político do qual busca se emancipar. Por essas razões, Butler entende que requerer a esse sistema a libertação das mulheres é uma tarefa “fadada ao fracasso” (BUTLER, 2014, p. 19). Para ela, não é necessário um sujeito por trás da ação política e a identidade não é necessária para atingir os objetivos políticos do discurso feminista. Como afirma,

Sem a expectativa compulsória de que as ações feministas devam instituir-se a partir de um acordo estável e unitário sobre a identidade, essas ações bem poderão desencadear-se mais rapidamente e parecer mais adequadas ao grande número de “mulheres” para as quais o significado da categoria está em permanente debate (BUTLER, 2014, p. 36)

Não basta, portanto, buscar maior representação das mulheres na política, é necessário compreender como a categoria “mulheres” é produzida sob um regime jurídico de poder que exclui aqueles que não são reconhecidos como sujeitos plenos. Assim, para Butler, “a universalidade e a unidade do feminismo é minada pelas limitações do seu discurso representacional” (BUTLER, 2014, p. 21). O fato é que mais do que a crítica da identidade, é necessária uma revisão radical da própria base ontológica em que a política feminista se baseia. Butler adverte que isso não significa recusar totalmente a política representacional, dado que isso não é possível, mas estar consciente de suas limitações e problemas. Como alternativa, Butler sugere que as teorias feministas busquem se libertar da construção de bases permanentes e únicas. O seu objetivo é indicar uma forma de política que faça da identidade variável “um pré-requisito metodológico e normativo ou um objetivo político” (BUTLER, 2014, p. 25).

A ideia de Butler é denunciar as restrições fundacionistas que pesam sobre as teorias feministas e impossibilitam novos caminhos e possibilidades não apenas de gêneros, mas também do exercício da política. Enquanto a política da identidade pressupõe que a ação só pode ocorrer após determinar a identidade em nome de quem se fala, Butler afirma que a realidade mostra que o agente não está por trás do ato, mas é constituído no e através do ato (BUTLER, 2014, 247). Assim, o sujeito é um efeito de um discurso amarrado por regras que governam as suas condições de inteligibilidade (BUTLER, 2014, p. 249). Para Butler, dado que a identidade se afirma por meio de um processo de significação que não é concluído e continua a significar na medida em que circula entre os discursos, então não seria necessário recorrer a um “eu” preexistente para preservar o lugar da ação. A significação já seria este lugar. As condições que possibilitam o “eu” são dadas por meio das normas que regulam a invocação legítima e ilegítima do pronome “eu” (BUTLER, 2014, p. 247).

Dessa maneira, a questão da agência para Butler é uma questão de significação e ressignificação (BUTLER, 2014, p. 249). Todavia, afirma que as regras que governam a identidade inteligível, que afirmam ou restringem o “eu” e operam por repetição, não determinam o sujeito que constituem, pois não são um ato fundador. Assim, uma vez que

elas operam por repetição, a ação deve operar nas possibilidades de variação dessa repetição (BUTLER, 2014, 250). No interior das práticas de significação residem novas possibilidades de gêneros que podem servir para contestar as estruturas binárias e hierárquicas de gênero. Não há nenhum corpo anterior à entrada nesse campo de significação, portanto, trata-se de um processo de “pegar as ferramentas onde elas estão, sendo esse próprio ‘pegar’ facultado pela ferramenta que ali está” (BUTLER, 2014, p. 251).

Nesse momento, afirma Butler, “as práticas parodísticas podem servir para reconvocar e reconsolidar a própria distinção entre uma configuração de gênero privilegiada e outra que parece derivada, fantasística e mimética” (BUTLER, 2014, p. 252). Sendo assim, o corpo pode se tornar o lugar de uma performance subversiva do gênero que contesta a naturalização deste e expõe sua instabilidade. A perda das normas de gênero acarretaria no efeito de “proliferar as configurações de gênero, desestabilizar as identidades substantivas e despojar as narrativas naturalizantes da heterossexualidade compulsória de seus protagonistas centrais: homens e mulheres” (BUTLER, 2014, p. 252).

Esse entendimento exige a condição indispensável e essencial de assumir o sexo como um efeito, uma vez que tal possibilidade é excluída quando se toma o sexo não como produzido, mas como substância e essência. Fica claro, portanto, porque Butler insiste em alertar que o discurso feminista que assume as identidades como fixas perde possibilidades culturais que o feminismo deveria produzir (BUTLER, 2014, p. 253). A identidade dá, então, as condições para a ação, dita os termos em que a ação deve ser articulada, mas não é totalmente determinada ou arbitrária. A partir disso, como tarefa do feminismo, Butler sugere situar as estratégias de repetição subversiva que se encontram nessas construções de gênero, afirmar possibilidades locais de intervenção pela participação nas práticas de repetição que formam as identidades e, conseqüentemente, abrir um espaço possível de contestá-las (BUTLER, 2014, p. 254). Com isso, temos uma ampliação na noção de política que o feminismo assume, uma vez que o político se revela enredado a essas práticas significantes de gênero. O feminismo deve romper com uma ontologia de gênero que fundamenta sua política, uma vez que ela própria é uma injunção normativa que prescreve e restringe a sexualidade. Trata-se de um discurso traiçoeiro que, ao invés de aproximar, afasta o feminismo de seus objetivos de libertação e representação.

Em suma, ao fazer uma crítica radical às categorias de identidade, gênero e sexo mostrando como são produzidas discursivamente, Butler reivindica que a ação política feminista verse sobre uma análise dos mecanismos de poder que fixam e naturalizam tais categorias. De modo diverso, a proliferação de novas configurações de gênero, sexo e identidade potencializaria o campo de ação política do feminismo ao libertá-lo das amarras normatizadoras. Para Butler, portanto, a busca pelo feminismo por libertação das mulheres passa, inevitavelmente, pela subversão das identidades.

3. A crítica de Iris Young à Judith Butler

3.1. A noção de grupos sociais de Young

No mesmo ano de publicação de *Problemas de Gênero*, Iris Young publica *Justice and the Politics of Difference*. Nessa obra, Young elabora sua própria defesa das políticas de diferença. A partir da década de 80, muitas reivindicações dos movimentos sociais (feministas, lgbts, negro) passavam pela consideração de que o paradigma liberal e individualista de inclusão ignorava as desigualdades estruturais de gênero, raça e sexualidade. Tal paradigma considerava que a promoção da justiça passava pela não discriminação, o que significava “a aplicação dos mesmos princípios de avaliação e distribuição a todas as pessoas, independentemente de suas posições sociais ou origens particulares” (YOUNG, 2009, p. 362). Assim, o movimento pelas políticas da diferença reivindicava uma política que atendesse essas diferenças, combatendo as desigualdades sociais de recursos, capacidades e modos de vida que continuavam prejudicando grupos historicamente marginalizados.

Justice and Politics of Difference é uma obra escrita nesse contexto. Ao iniciar sua análise do conceito de justiça, Young não parte de princípios de justiça abstratos ou enraizados na natureza humana, nem mobiliza uma concepção de justiça que privilegia a distribuição de recursos. Sua reflexão sobre a justiça, ao contrário, é elaborada a partir das reivindicações de grupos marginalizados. Para Young, uma concepção de justiça deveria começar com os conceitos de dominação e opressão, para que se entenda as diferenças entre grupos sociais na estruturação de relações sociais e de opressão. Em sua visão, essa discussão foi majoritariamente ignorada nas concepções tradicionais de justiça, em virtude da ontologia social que adotam, uma ontologia que tipicamente não

têm espaço para um conceito de grupos sociais, pois ignora as particularidades e as diferenças (YOUNG, 1990, p. 3).

Para a autora, o que motiva essa repressão da diferença e redução dos sujeitos políticos a uma unidade é uma reprodução automática da lógica moderna da identidade, contestada por autores como Adorno e Derrida (YOUNG, 1990, p. 98). Na medida em que o sujeito é concebido por sua origem transcendental pura pela tradição moderna, a lógica da identidade procura reduzir a pluralidade de sujeitos particulares, suas experiências corporais e visões de mundo a uma unidade, partindo para isso de um padrão invariável de razão universal. Para Young, a ironia é que essa tentativa de reduzir o diferente a uma forma semelhante do universal transforma o meramente diferente no absolutamente outro. Com isso, essa lógica gera, inevitavelmente, dicotomias em vez de unidade. Ao resumir tudo o que é particular sob uma categoria universal, cria-se uma distinção entre estar dentro e estar fora dos padrões da razão universal (YOUNG, 1990, p. 99).

Para Young (YOUNG, 1990, p. 100), enquanto a política moderna proclamava a justiça e a generalidade do espaço público (racional, imparcial, universal), algumas pessoas, principalmente mulheres e negros, eram excluídos da participação na esfera pública. O ideal da sociedade civil pública, como expressão do interesse geral e do ponto de vista imparcial da razão, resulta em exclusão porque assume que a razão está oposta ao desejo, afetividade e corpo. Na prática, essa visão forçou a homogeneidade em relação ao público civil, excluindo da esfera pública aqueles indivíduos e grupos que não se enquadravam nesse modelo de cidadania que requeria uma transcendência do corpo e redução da particularidade. Tal processo justifica, então, a exclusão das mulheres do campo político quando consideradas “guardiões do lar, da necessidade, desejo e afetividade”.

Sendo assim, questionar a lógica da identidade moderna que cria dicotomias, como a oposição tradicional entre público e privado, implica formular uma concepção de justiça que, por exemplo, não oponha a justiça ao cuidado, usualmente associado ao feminino. Young afirma, então, a necessidade de uma razão normativa dialógica que permita o surgimento de normas mais justas a partir da interação real das pessoas com diferentes pontos de vista. Ao invés de construir um sistema normativo universal isolado de qualquer sociedade particular, isto é, uma teoria da justiça universalista abstrata e normativamente independente, a autora busca formular “uma reflexão normativa que se pretende histórica e socialmente contextualizada” (YOUNG, 1990, p. 5).

Ao expor a tendência da “teoria política moderna” de reduzir os sujeitos políticos a uma unidade, Young abre espaço para um conceito relacional de grupo social que permite pensar as implicações para a filosofia política das reivindicações expressas por movimentos sociais. Grupos são expressões de relações que constituem certos sujeitos como membros e outros como não membros. Essas coletividades existem apenas em relação umas às outras, de modo que uma identificação de grupo surge através de uma relação de diferenciação com práticas e formas de vida de outros grupos. Nas palavras de Young, “um grupo social é um coletivo de pessoas diferenciadas de pelo menos um outro grupo por formas culturais, práticas ou modo de vida” (YOUNG, 1990, p. 42).

As relações de grupo constituem indivíduos: seu senso de história, modos de raciocínio e expressão. Por isso, para ela, os grupos sociais são anteriores aos indivíduos. É a partir do seu relacionamento com grupos que os indivíduos constroem suas identidades (YOUNG, 1990, p. 42). Segundo Young, grupos sociais não são apenas coleções de pessoas, pois eles estão entrelaçados com as identidades das pessoas descritas como pertencentes a eles (YOUNG, 1990, p. 43). Dessa forma, eles constituem um tipo específico de coletividade que afeta diretamente a forma como as pessoas se entendem e entendem as outras. Os membros de um grupo possuem afinidades uns com os outros por causa de suas experiências ou modo de vida semelhantes e, por isso, se identificam mais com determinados grupos do que com outros.

Antevendo críticas de essencialismo, Young afirma que embora os processos sociais de afinidade e diferenciação deem origem a grupos, eles não lhes dão uma essência substantiva. Como ela diz, “não existe uma natureza comum compartilhada pelos membros de um grupo” (YOUNG, 1990, p. 47). Além disso, como produtos de um processo, os grupos são fluídos. Do mesmo modo que eles aparecem, eles também podem desaparecer. Um exemplo disso é a forma como as práticas homossexuais existem desde muito tempo em muitas sociedades e períodos históricos. Contudo, foi somente a partir do século XX que gays e lésbicas foram identificados como grupos específicos e se auto identificaram neles (YOUNG, 1990, p. 48).

Tendo isso em vista, a conceituação de grupo social de Young como “múltiplo, transversal, fluído e instável” (YOUNG, 1990, p. 48) permite uma crítica ao modelo do sujeito moderno autônomo e unificado que baseia a maioria das teorias de justiça tradicionais. Dado que as pessoas constituídas, em parte, pelas afinidades e relações grupais, não podem ser unificadas, elas são heterogêneas e não necessariamente coerentes. Assim, nessa nova forma conceitual, a diferença passa a significar não

alteridade, oposição exclusiva, mas especificidade, variação, heterogeneidade. Em geral, portanto, um entendimento relacional da diferença de grupo rejeita as dicotomias criadas pela lógica da identidade. Em suas palavras, “grupos diferentes são sempre semelhantes em alguns aspectos e sempre compartilham potencialmente alguns atributos, experiências e objetivos” (YOUNG, 1990, p. 172).

Dado que a defesa da política da diferença de Young passa pelo diagnóstico de que a política tradicional não dá conta de lidar com as desigualdades estruturais pelo seu enfoque liberal e individualista, é compreensível porque o conceito de grupo social esteja no centro da argumentação de Young. Todavia, embora a autora enfatize que o conceito de grupos é relacional e não substancial, a sua concepção de grupos sociais como um coletivo de pessoas que compartilham um senso de identidade comum, a partir de uma afinidade entre suas experiências, não ficou imune a críticas. A partir dos anos 70, as abordagens desconstrutivas de gênero puseram em questão as possibilidades de falar das mulheres enquanto coletivo. Nos trabalhos posteriores, Iris Young aponta os problemas dessas abordagens, mas também promove uma revisão na forma como conceitualiza grupos sociais.

3.2. Os limites da política cultural ou desconstrutiva

“Comentários críticos sobre *Problemas de Gênero* [Kritické poznámky k Potížím s genderem]” é uma publicação póstuma que apresenta uma resenha crítica de Young sobre a obra de Judith Butler⁵. Neste pequeno ensaio, Young avalia positivamente a forma como a crítica desconstrutiva de Butler sobre a dicotomia sexo/gênero questiona o binarismo de gêneros. No entanto, possui ressalvas quanto às pretensões políticas presentes no trabalho de Butler. Young entende como política a “negociação pública de valores, ações e regras institucionais a partir de procedimentos e métodos de contestação pública” (YOUNG, 2009, p. 56). A política pressuporia a existência de um agente, usualmente na forma de grupo, que se esforça para mudar as regras da distribuição de recursos, privilégios, direitos e reconhecimento. Assim, a política emancipatória consistiria em uma atividade organizada daqueles que se consideram vítimas de opressão ou injustiça e buscam promover mudanças sociais.

⁵ Segundo Marek Hubrec (2009), o texto apresentado estava arquivado na biblioteca particular de Iris Young e foi doado para o Centro de Estudos Globais da Academia de Ciências da República Tcheca e Charles University.

Para Young, o que Butler entende por política pode ser caracterizado em três tipos distintos: política representativa, de coalizão e cultural ou desconstrutiva. A representativa faz parte de um processo político que busca garantir maior visibilidade e autoridade às mulheres como sujeitos políticos. Para Butler, isso pressuporia um sentido coletivo de “mulheres” que tem efeitos normalizadores. Tal efeito não poderia ser evitado se o feminismo continuasse a limitar-se apenas à esfera da política representativa. Embora a necessidade de representação e direitos seja legítima, Butler não enxerga na representação política a saída para a libertação das mulheres. Butler mostra como essa política participa das próprias estruturas de poder que o feminismo busca se emancipar e, portanto, apelar para essa política não tem o potencial transformador dessas estruturas.

Segundo Young, a política de coalizão é entendida por Butler como uma resposta à ideia de que o sentido coletivo de “mulheres” produz exclusões. A política feminista não deveria pressupor uma unidade em torno da categoria de mulher, mas antes construir essa unidade por meio do diálogo entre mulheres e suas diferentes experiências. Butler desafia essa ideia questionando a insistência do feminismo na busca por uma unidade que se desintegra facilmente com frequência. A saída de Butler, segundo Young, é propor a política cultural. Quando a identidade deixasse de ser um pré-requisito para a mobilização política, uma nova política feminista poderia emergir. Uma política que desestabiliza as bases sob quais os gêneros são construídos, proliferando as identidades e formas alternativas de gênero.

Young afirma que concorda plenamente com a crítica que Butler faz da identidade “mulheres” como sujeito do feminismo, cujas bases remontam uma concepção de política marxista que postula um sujeito revolucionário. Pressupor a existência de um sujeito autônomo que não é produto do ambiente social repressivo e que está além dele, onde a sociedade idealizada não tem nada a ver com a atual, faz parte de uma política de “salvação” que é melhor caracterizada como uma não-política (YOUNG, 2009, p. 57). Para Young, os sujeitos são constituídos pela sociedade e cultura que os rodeiam, ainda que não sejam determinados por estes. Qualquer tentativa de mudança social opera sobre essa base, sendo necessário trabalhar com as ferramentas que já estão dadas.

Apesar de concordar com Butler neste aspecto, Young coloca duas questões: 1) O conceito de luta política defendido por Judith Butler não é apenas uma espécie de vanguarda? 2) a política cultural ou desconstrutiva de Judith Butler é “idealista”, ou seja, afirma que uma mudança no discurso, ideais, categorias leva por si mesma à mudança institucional? No que diz respeito à primeira questão, Young aproxima a proposta política

de Butler dos movimentos de vanguarda porque, em sua visão, trata-se de movimentos que encontramos sobretudo na arte que buscam romper significados, percepções e regras culturais estabelecidas na sociedade. Muitas vezes, esses movimentos se consideram políticos, todavia o vanguardismo é “cínico, niilista ou anarquista” (YOUNG, 2009, p. 58), visam uma desestabilização da ordem social, mas não possuem objetivos políticos claramente definidos. Young vê que a política que se baseia na performance pode ser assimilada facilmente como uma forma de entretenimento. Para que se tornem políticos, os performistas, segundo Young, precisam reivindicar ao público o reconhecimento, cidadania, a partir de alguma injustiça.

No que diz respeito à segunda questão, embora Young concorde que a dicotomia entre "idealismo" e "materialismo" é falsa, tendo em vista que as instituições e práticas são um produto de discursos e significados sociais, sua objeção é a de que a política é material em um sentido que não está incluído na concepção de política de Butler. Para Young, a política radical tem a ver com mudanças institucionais e estruturais, que remetem a propriedades e recursos, danos e privilégios. Trata-se de construir novas instituições e garantir recursos com base nos quais práticas alternativas podem ser encenadas, não prescindindo de conflito e confronto entre indivíduos, interesses e instituições que se beneficiam. Dessa maneira, Young considera que a concepção de política de Butler pode ser um aspecto parcial do exercício da política, um aliado que a torna mais radical, mas não se sustenta sozinha e nem dá conta de atender todas as demandas que os grupos minoritários reivindicam.

3.3. Gênero para além da subjetividade

No ensaio “Lived body and Gender: Reflections on Social Structure and Subjectivity” (2002), Young expõe outro problema presente na teoria de Butler. Para Young (2002, p. 411), a partir os anos 70, a discussão feminista centrou-se nos relatos sobre especificidades sociais e psicológicas da identidade, decorrentes dos papéis de gênero. Tais discussões revelaram profundas diferenças entre as experiências de gênero masculinas e femininas que afetavam a vida psíquica dos homens e das mulheres, como a disposição de exercer autoridade ou de cuidar dos filhos. Também passaram a surgir teorias sobre identidade de gênero que procuravam expressar a estrutura geral da subjetividade das mulheres, incluindo a maternidade e seus pontos de vista. Mas logo tais teorias foram acusadas de serem essencialistas porque ignoravam a diferença de raça e

classe e assumiam a heterossexualidade das mulheres como um comportamento universal.

Segundo Young (2002, p. 413), grande parte das teóricas feministas da época levaram essas críticas a sério e propuseram mudanças. A teoria *queer*, por exemplo, propôs a dissolução da forma como o gênero era entendido tradicionalmente, a partir de autoras como Judith Butler e Diana Fuss, com o objetivo de acabar com essencialismos e exclusões que as abordagens anteriores causavam. Segundo Young (2002, p. 414), em *Problemas de Gênero*, Butler questiona a razão pelo qual a teoria feminista procura uma identidade de gênero. Isto é, as feministas acreditavam que uma identidade de gênero era necessária para especificar o sujeito do movimento feminista e permitir a ação política. Tal sujeito é a categoria de “mulheres” e o gênero é o conteúdo que dita o que é uma mulher. Butler argumentou, então, que a distinção entre sexo e gênero manteve um binarismo de complementaridade categórica e estável que reproduzia a heterossexualidade compulsória.

Para Young (2002, p. 413), Butler coloca em questão a distinção entre sexo e gênero, com o objetivo de desafiar a confiança dada à distinção entre natureza e cultura, ou à concepção de acordo com a qual os sujeitos teriam vidas “interiores” que corresponderiam a identidades de gênero estáveis (YOUNG, 2002, p. 414). O gênero, na verdade, é uma performance social. As regras discursivas da heterossexualidade compulsória produzem performances de gênero que são repetidas e reiteradas, sendo o próprio sexo dos corpos derivado de tais performances. Nesse processo, as pessoas que não se enquadram dentro do binarismo heterossexual são excluídas e consideradas abjetas. A política necessária ao feminismo é uma política radical que consiste em subverter o binarismo de gênero e “brincar” com as performances de gênero (YOUNG, 2002, p. 415).

Para Young (2002, p. 415), Butler questiona com sucesso a lógica por trás da distinção sexo/gênero, todavia a sua teorização não vai muito além desses termos. Tendo isso em vista, Young retoma a crítica de Moi, segundo a qual a abordagem de Butler sobre o gênero coloca a categoria como inútil para entender a identidade e a subjetividade. Isso ocorre porque a teoria de Butler procura livrar os conteúdos dos gêneros das normas da masculinidade e da feminilidade hegemônicas. A consequência é que as teóricas feministas *queer* rompem completamente com a categoria de gênero, uma vez que ela não serve mais para teorizar a subjetividade. No entanto, Young entende que o conceito de gênero é mais abrangente do que usualmente entendido. Seu objetivo não é apenas de

teorizar a subjetividade, na verdade, ele é essencial para teorizar estruturas sociais e suas implicações para o bem-estar e a liberdade das pessoas (YOUNG, 2002, 419).

Dado que as teorias feministas e *queer* são projetos de crítica social, para Young, isso implicaria um esforço para identificar injustiças ou danos, localizar suas fontes nas instituições e nas relações, propondo (em alguns casos) orientações para transformá-los. Esse conjunto de tarefas exige do teórico uma descrição das estruturas sociais e não apenas da experiência individual e sua subjetividade. Por isso, em sua visão, o rompimento com o conceito de gênero precisa ser reparado e o conceito de gênero reformulado (a fim de evitar os efeitos normalizadores da categoria identificados pelas teóricas *queer*). Young, então, procura dar ao gênero uma função diferente. Para isso, articula o conceito de estrutura social que busca dar uma explicação institucional sobre as origens da injustiça. Em suas palavras,

Estruturas denotam a confluência de regras institucionais, regras interativas, recursos e estruturas físicas, que constituem os dados históricos em relação aos quais os indivíduos agem e que são relativamente estáveis ao longo do tempo. As estruturas também conotam os resultados sociais mais amplos que resultam da confluência de ações individuais dentro de determinadas relações institucionais cujas consequências coletivas geralmente não carregam a marca da intenção de qualquer pessoa ou grupo (YOUNG, 2002, p. 419, tradução do autor).

Young retoma a distinção entre micro e macro estruturadas, cunhada por Alexander Wendt. Microestruturas consistem em práticas e regras comuns que os agentes seguem, bem como os recursos e instrumentos que mobilizam em suas interações. Para Young, as micro estruturas de gênero são muito importantes, mas não se encerram nesse nível, pois as teorias sociais que busquem criticar as restrições impostas aos indivíduos precisam de um diagnóstico dos resultados sistêmicos dessas restrições e do impacto em larga escala das operações que limitam e subjagam a vida de algumas pessoas e privilegiam a vida de outras. Nesse sentido, as estruturas do nível macro dependem do nível micro para sua produção e reprodução (YOUNG, 2002, p. 420).

No entanto, Young afirma sobre as estruturas macro que “a sua forma e as formas como elas restringem e possibilitam ações não podem ser reduzidas aos efeitos micro de interações específicas” (YOUNG, 2002, p. 420). As estruturas do nível macro são as que posicionam os indivíduos nas relações de trabalho e produção, em relações de poder, subordinação, desejo, sexualidade, prestígio e status. Cada indivíduo pode ocupar múltiplas posições estruturais e pode ocorrer de alguma se tornar mais marcante que

outras, a depender do contexto e da posição estrutural dos outros indivíduos. Tendo isso em vista, Young afirma que “a maneira como uma pessoa é posicionada em estruturas é uma função de como as pessoas tratam-na em vários contextos institucionais, bem como a atitude que uma pessoa toma consigo mesma” (YOUNG, 2002, p. 420).

Segundo Young, do ponto de vista da teoria crítica social, o principal motivo para considerar essas estruturas é a necessidade da descrição da constituição e das causas da desigualdade social. Certos indivíduos encontram restrições relativas à sua liberdade e bem-estar material como efeito cumulativo das possibilidades de suas posições sociais, em comparação com outros que têm mais opções ou acesso mais fácil a alguns recursos. Como afirma,

Grupos sociais definidos por classe, raça, idade, etnia e gênero nomeiam identidades subjetivas menos do que eixos de desigualdade estrutural. Eles denominam posições estruturais cujos ocupantes são privilegiados ou desfavorecidos em relação uns aos outros devido à adesão dos atores às regras e normas institucionais e à busca de seus interesses e objetivos nas instituições (YOUNG, 2002, p. 420)

Para Young, o peso das desigualdades estruturais, muitas vezes, pode ser mais significativo na definição das restrições de vida das pessoas do que qualquer identidade que elas venham possuir. Uma descrição das estruturas sociais, portanto, fornece uma maneira de entender a desigualdade de oportunidades e as relações de opressão e dominação que não possuem causas pontuais e individuais, mas considera a maioria dos atores cúmplices de sua produção, em maior ou menor grau. É, nesse sentido, que Young enxerga a importância do conceito de gênero. Segundo ela, “para descrever e explicar algumas das estruturas e processos que afetam oportunidades e privilégios diferenciais na sociedade contemporânea, não podemos prescindir de um conceito de gênero” (YOUNG, 2002, p. 421).

Assim, vemos que Young busca desvincular o conceito de gênero da noção de identidade, a partir de uma concordância parcial com Butler. A autora busca reformular o conceito, vinculando o gênero ao objetivo de descrever em termos estruturais as regras e as práticas das instituições que assumem papéis diferentes para homens e mulheres. Por meio desse conceito, se torna possível entender a razão de certos padrões na alocação de tarefas ou reconhecimento permanecerem persistentes, limitando continuamente as opções de muitas mulheres e da maioria das pessoas que desviam das normas

heterossexuais. Dessa maneira, afirma Young, conceito de gênero é um conceito útil para teorizar estruturas, e não sujeitos (YOUNG, 2002, p. 422). Uma vez reformulado como tal, não é necessário atribuir uma identidade de gênero única ou compartilhada a homens e mulheres. E, portanto, também não é necessário que a teoria feminista abandone o conceito de gênero.

3.4. A resposta de Young ao problema da “mulher universal”

No ensaio “Gênero como serialidade: pensar as mulheres como um coletivo social” (2003), Young articula sua nova interpretação de gênero com a noção de serialidade, a fim de argumentar pela importância da manutenção da noção de “mulheres” como um coletivo, considerando as acusações de exclusão e normalização em torno dessa categoria. Enquanto na obra *Justice and the Politics of Difference* (1990) Young busca conceitualizar mulheres como um grupo social e os define como um coletivo de pessoas que compartilham um senso de identidade comum, em virtude de uma afinidade entre suas experiências, neste ensaio, Young concorda com as críticas, intensificadas a partir dos anos 90, que revelaram como a procura de características comuns das mulheres ou de uma forma comum de opressão, conduzia a normalizações e a exclusões. Apesar disso, ela afirma ter razões pragmáticas para insistir na possibilidade de entender as mulheres como um coletivo (YOUNG, 2003, p. 113). A primeira questão que Young coloca, sob esse ponto de vista pragmático, consiste em refletir sobre porque é importante conceitualizar as mulheres enquanto grupo. Uma das vantagens, segundo a autora, diz respeito à crítica ao individualismo liberal. Tal discurso nega a realidade de grupos, pois considera opressivo e injusto categorizar as pessoas em grupos por raça, gênero, religião e sexualidade, admitindo que essas categorias digam algo sobre o que a pessoa é. Contrariamente, o individualismo liberal sugere que deveríamos tratar as pessoas como indivíduos, variáveis e únicas. Para a autora, essa ideologia obscurece a opressão porque se não podemos conceitualizar de algum modo as mulheres como grupo, então permanecem ocultas as dimensões sistemáticas, estruturais e institucionais da opressão. A consequência é a redução das opressões ao indivíduo: ou culpabilizar as vítimas ou atribuir aos outros a culpa por não “gostarem” dessas pessoas. Em ambos, as formas estruturais e políticas de abordar essa desvantagem ficam fora do discurso (YOUNG, 2003, p. 118).

Outra razão apontada pela autora é que “mulheres” como um coletivo social é justamente o que dá a especificidade ao feminismo enquanto movimento político (YOUNG, 2003, p. 118). Raramente se duvidaria da possibilidade de conceitualizar grupos étnicos, justamente porque a sua própria existência social envolve regras, normas e tradições comuns. Todavia, as mulheres estão dispersas entre grupos. No funcionamento das relações de parentesco, as mulheres são colocadas sob a identidade dos homens em cada um dos grupos. Nesse sentido, as opressões que as mulheres sofrem dificilmente podem ser pensadas sem uma noção estrutural das mulheres enquanto posicionamento social (YOUNG, 2003, p. 119). Para Young, a resistência a essas opressões começa com a afirmação das mulheres como um grupo, para que deixem de estar divididas e de acreditar que os seus sofrimentos são individuais ou naturais. Portanto, para Young, “negar a realidade de um coletivo social de mulheres reforça o privilégio daqueles que mais se beneficiam mantendo as mulheres divididas” (YOUNG, 2003, p. 119).

Desse modo, sem uma concepção de mulheres como coletivo social, a política feminista perderia sua própria consistência. A política radical poderia até continuar existindo, se pensada em termos de justiça social para todos os seres humanos, entre os quais aqueles a que chamamos de mulheres. No entanto, o pressuposto de que o feminismo expressa uma política específica e distinta só persiste com uma conceituação de mulheres e do gênero como estruturas sociais (YOUNG, 2003, p. 119). Tendo isso em vista, Young busca pensar as saídas para o dilema da exclusão do feminismo que mantenha conceituações de mulheres em termos estruturais.

Sua proposta parte do conceito de serialidade que Sartre desenvolve na *Crítica da Razão Dialética*. Segundo Young, o gênero se refere a uma série social, um tipo específico de coletividade social que Sartre distingue de grupos. Essa estratégia tem vantagens como as de equacionar as mulheres enquanto coletivo social sem ser necessário que todas as mulheres tenham atributos comuns ou uma situação comum. Como consequência, “o gênero como serialidade não se baseia em identidade ou na auto identidade para a compreensão da produção e do significado social de ser membro de um coletivo” (YOUNG, 2003, p. 123).

Segundo Young (2003, p. 124), na *Crítica da Razão Dialética*, Sartre diz que um grupo é uma coleção de pessoas que se reconhecem a si mesmas e aos outros na medida que estabelecem uma relação unificada entre elas. Os membros do grupo se reconhecem mutuamente e juntos endossam um projeto comum, de modo que estão unidos pela ação que imprimem em conjunto. Cada pessoa assume para si o projeto comum como um

projeto individual. O projeto do grupo só é um projeto coletivo, na medida em que os membros compartilham mutuamente que o projeto só pode se realizar, ou pelo menos da melhor forma, se levado em conjunto. Assim, um grupo refere-se a um coletivo consciente do seu reconhecimento mútuo e do seu propósito. Tais grupos emergem de (bem como podem retroceder a) uma unidade coletiva não consciente e menos organizada, chamada de série.

Para Sartre, o propósito da serialidade era descrever o significado de uma classe social sem reducionismo. Ser membro de uma classe operária ou capitalista significaria viver em série com outras pessoas dessa classe, “através de um conjunto complexo e encadeado de objetos, estruturas, práticas relativas ao trabalho, interação e consumo” (YOUNG, 2003, p. 127). A existência da classe não define a identidade de ninguém, apenas designa uma facticidade social dada as condições materiais da vida às quais a pessoa está sujeita. Quando se diz com orgulho que se pertence a uma classe, a existência não é mais vivenciada no nível da série e sim no nível de grupo. Young define série resumidamente como,

Uma série é um coletivo cujos membros estão passivamente unificados pela relação que as suas ações têm com os objetos materiais e suas histórias prático-inertes. O meio prático-inerte, em cujas estruturas, e através das quais, os indivíduos realizam os seus objetivos é sentido como constrangimento relativamente aos modos e limites de ação. Dizer que alguém faz parte da mesma série não significa necessariamente que esse alguém se identifique com um conjunto de atributos comuns a todos os membros, porque seu estatuto de membro é definido não por alguma coisa que as pessoas são, mas, antes pelo fato de, suas existências e ações diversas, estarem ordenadas em torno dos mesmos objetos ou estruturas prático-inertes. Ser membro de uma série não define a identidade da pessoa. Cada membro da série está isolado, é Outro para os outros e, enquanto membro da série, é Outro além de si próprio. Finalmente, não há um conceito de série no que se refere a atributos que claramente demarquem o que nos indivíduos os faz pertencer a uma determinada série. A série é uma unidade esbatida e variável, um coletivo amorfo (YOUNG, 2003, p. 128).

Para Young, “nas séries, os membros estão passivamente unidos pelos objetos para os quais suas ações são orientadas ou pelos resultados objetivados dos efeitos materiais das ações dos outros” (YOUNG, 2003, p. 125). A unidade da série é dada, então, pela forma como os indivíduos perseguem seus próprios objetivos pessoais em relação aos objetos condicionados pelo ambiente material que se encontram inseridos e também em resposta a estruturas que foram criadas coletivamente e não intencionalmente por

meio de ações passadas. A realidade de uma série é prático-inerte. Isto é, a série é estruturada por ações ligadas a objetos prático-inertes. Práticos, pois, resultam da ação humana, inertes pois são resistentes à ação. Os membros da série se sentem impotentes para alterar o meio material e compreendem os outros na mesma situação.

Além disso, ser membro desse coletivo serial define de uma maneira volátil a existência individual, mas essa definição é anônima e a unidade é amorfa, sem limites, atributos ou intenções determinadas. Não existe um conjunto específico de atributos que forma condições suficientes para ser membro de uma série. Nesse sentido, Young afirma que “ser membro de uma série, embora delimite e constranja as ações possíveis de um indivíduo, não define a identidade da pessoa no que diz respeito à formação de propósitos e projetos individuais, bem como a noção de si mesmo em relação aos outros” (YOUNG, 2003, p. 127).

Grupos emergem das séries, enquanto reação a esta e “como reverso ativo das suas condições de anonimato e isolamento” (YOUNG, 2003, p. 128). Segundo Young, quando pensamos no coletivo social mulheres, enquanto série, “mulher é o nome de uma relação estrutural com objetos materiais tal como foram produzidos e organizados por uma história anterior, que conserva as necessidades materiais de práticas do passado” (YOUNG, 2003, p. 129). Entretanto, a série mulheres não é tão simples. O gênero, tal como a classe, é um conjunto de estruturas e objetos bastantes complexos, vastos e multidimensionais, com várias camadas que se sobrepõem.

Para a autora, “os corpos femininos, papéis sociais, objetos materiais, pronomes, representações visuais, artefatos e espaços etc, constituem os objetos das realidades práticas inertes que constroem o gênero” (YOUNG, 2003, p. 129). Tais objetos sociais não são meramente físicos, mas são também produzidos por práticas do passado. Assim, geralmente o que estrutura a relação definida pelo gênero destes objetos é a divisão sexual do trabalho. Apesar de seu conteúdo variar em cada sociedade, a divisão de algumas atividades de acordo com o sexo está presente em grande parte das sociedades. A divisão entre “cuidado” e “trabalho” é a mais comum e é sob a qual muitas outras divisões se baseiam. Quando a divisão aparece em uma sociedade ela constitui uma série de objetos prático-inertes que constituem as séries marcadas pelo gênero, já que muitas atividades sociais pressupõem um certo sexo. Segundo Young, “a linguagem, os gestos, os rituais de exclusão, ou inclusão de pessoas reproduzem as divisões ao atrair ou repelir certas pessoas de certas atividades” (YOUNG, 2003, p. 130).

Por essa razão, o gênero como série é um pano de fundo para a identidade pessoal da mulher ou de um grupo e não algo que constitui a mulher. A posição das mulheres em cada uma das séries significa que elas diferem em experiências e percepções de outras [séries] que estejam situadas de modo diferente. Além disso, a mesma pessoa consegue se relacionar de modo distinto com “suas” séries em contextos sociais diferentes e em diferentes momentos da vida. Como afirma Young, algumas pessoas podem escolher não tornar importante para o seu sentido de identidade qualquer uma das séries de que é membro (YOUNG, 2003, p. 133). Para a autora, pensar o gênero como serialidade elimina o problema do essencialismo e de definir a identidade a partir do que significa ser mulher na teoria feminista. Isso porque conceitualizar o gênero como série não significa identificar atributos específicos compartilhados entre as mulheres. Portanto,

[...] isso significa que a série não é um conceito, pois sua unidade é indistinta, volátil. Há uma unidade na série “mulheres”, mas é uma unidade passiva; não é aquela que emerge das pessoas chamadas mulheres, mas sim a que as posiciona através da organização material das relações sociais, tal como são permitidas e restringidas pelas relações estruturais que chamei de heterossexualidade forçada e de divisão sexual do trabalho (YOUNG, 2003, p. 134).

Dessa forma, para a autora, o fato de uma pessoa ser uma mulher pode “prever” alguns constrangimentos e expectativas que ela pode enfrentar na vida, mas não prevê nada em particular sobre o que ela é ou o que ela faz e pensa. Assim, a série “desliga o gênero da sua relação com a identidade” (YOUNG, 2003, p. 135). Isso significa que a identidade de cada pessoa é exclusiva, nenhuma identidade individual de uma mulher escapa da marca de gênero, mas a forma como gênero marca sua vida é única. Quando o gênero é série, as mulheres não precisam ter nada em comum em suas vidas individuais para serem serializadas como mulheres. Segundo Young (2003, p. 136), esse é o nível mais irrefletido e universal do que é ser mulher. Por outro lado, as mulheres também formam grupos a partir das suas existências seriais, isto é, coletivos autoconscientes que mutuamente se reconhecem entre si como tendo propósitos comuns ou experiências compartilhadas.

Nesse sentido, as séries são sempre parciais aos grupos. Os grupos são mais do que simplesmente mulheres, eles geralmente são especificados social, histórico e culturalmente. Isto é, pode haver grupos de mulheres que são feministas, que reivindicam outras coisas ou até mesmo sejam anti-feministas. Para Young, “o feminismo é um

impulso reflexivo particular de mulheres que formam um grupo – mulheres que se agrupam enquanto mulheres para mudar ou eliminar as estruturas que as serializam como mulheres” (YOUNG, 2003, p. 137). A política e a teoria feminista referem-se ou apontam para a realidade serial das mulheres, essa realidade serial abarca todas mulheres que existem e já existiram (YOUNG, 2003, p. 136). Assim, quando mulheres se unem, a condição de mulheres não é a única coisa que as aproxima, outros elementos concretos como classe, raça, nacionalidade estão na base dessas afinidades. Dessa maneira, Young vê que as políticas feministas devem ser políticas de aliança, visto que uma série enquanto processo e unidade volátil, não é uma totalidade. Por este motivo, para ela, o feminismo tenderá a ser sempre múltiplo e impossível de ser totalizado.

4. Conclusão

Nesse artigo, explorei a crítica de Young às teses de *Problemas de Gênero*. A obra de Iris Young é marcada por um diálogo profícuo com outras feministas, especialmente com as abordagens desconstrutivistas que apresentam desafios a muitas posições que Young compartilhava. Em seus escritos, Young menciona numerosas vezes o trabalho de Judith Butler e apesar de um debate mais direto entre ambas não ter acontecido, nós conseguimos tirar algumas lições desse encontro teórico. Na década de 90, tanto Butler como Young compartilham da intenção de promover críticas que reflitam a necessidade de uma transformação estrutural das relações de poder. Ambas apontam os limites do discurso representacional, apesar de encontrarem saídas distintas. Enquanto Young insiste em uma revisão de instituições que permita a inclusão de grupos minoritários, Butler aposta em uma política de subversão cultural. Como a própria Young percebe, a noção de política em Butler difere significativamente do que se entende tradicionalmente, sendo de outro tipo. Young entende que esse exercício da política deve existir, mas como parte de um projeto político maior, que interaja com instituições, recursos materiais, etc. A crítica de que a teoria de gênero de Butler perde a materialidade, se tornando muito abstrata e incapaz de responder às demandas reais das mulheres não é exclusiva de Young⁶. Mas para Young, a sugestão de Butler de abandonar um sentido coletivo de mulheres, não só dificulta a reivindicação de pautas para além dos limites regionais, mas prejudica a identificação da forma como estruturas sociais que posicionam os indivíduos

⁶ Ver Sabine (1990) e Nicholson (2000).

em situações de vantagem e desvantagem social. A opressão de certos grupos sociais decorre de uma série de restrições cumulativas das posições sociais que ocupam, não se tratando apenas de uma questão de não reconhecimento de suas identidades. Por essa razão, não há como abrir mão de categorias coletivas de análise social, porque elas permitem uma descrição não apenas da subjetividade e experiência individual, mas também das estruturas sociais, suas causas e processos de formação.

Isso, no entanto, não quer dizer que Young discorde de Butler no que diz respeito à sua crítica às identidades e às estabilidades das categorias sexo/gênero. Ao que parece, ao concordar com Butler que o conceito de gênero não é mais adequado para teorizar a subjetividade, Young propõe uma revisão de sua teoria, dando ao gênero uma função diversa. Com a redefinição da função da categoria de gênero, cuja ênfase passa a ser as estruturas de dominação de gênero e não a identidade, Young nega que ela seja capaz de explicar a subjetividade das pessoas e não mais pensa a categoria de “mulher” como grupo, e sim como serialidade. Não se trata mais de falar sobre o que são as mulheres, mas falar das condições sociais em que elas agem. Embora as experiências de gênero vividas pelas mulheres sejam diferentes em diversos locais do mundo, essa “fina” semelhança entre as mulheres, implica não uma identidade, mas uma base comum. As ações e experiências das pessoas não são pré-determinadas ou reduzidas ao lugar que se encontram posicionadas. Ao fazer isso, Young fornece uma resposta ao problema do essencialismo que permite simultaneamente tanto uma crítica da injustiça estrutural, que é negligenciada pelas abordagens desconstrutivistas de gênero, quanto um reconhecimento da diferença entre as mulheres.

Referências

- BEAUVOIR, S. O Segundo Sexo. São Paulo: Nova Fronteira, 2016.
- BUTLER, J. Problemas de Gênero. Feminismo e subversão da identidade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.
- _____. Undoing Gender. Undoing Gender. New York: Routledge, 2004.
- _____. Contingency, hegemony, universality: Contemporary dialogues on the left. Verso, 2000.
- BENHABIB, S. The claims of culture: Equality and diversity in the global era. Princeton University Press, 2002.
- HRUBEC, M. et al. Feministická polemika mezi Iris Marion Young a Judith Butler. Gender rovné příležitosti výzkum, v. 10, n. 02, p. 56-57, 2009.
- LOVIBOND, S. “Feminismo e pós-modernismo”. In: Novos Estudos CEBRAP, n. 27, 1990.
- NICHOLSON, L. “Interpretando o gênero”. In: Revista de estudos feministas, v. 8, n. 2, 2000, pp. 9-42.

- PHILLIPS, A. What's wrong with essentialism?. *Distinktion: Scandinavian journal of social theory*, v. 11, n. 1, p. 47-60, 2010.
- RUBIN, G. *The Traffic in Women: Notes on the Political Economy of Sex. Toward an Anthropology of Women*. Ed. Rayna Reiter. New York: Monthly Review, p. 157-210, 1975.
- RUBIN, G; BUTLER, J. “Tráfico sexual” - Entrevista. In: *Cadernos Pagu*, n. 21, 2003, pp. 157-209.
- SALIH, S. *Judith Butler e a teoria queer. Tradução e notas: Guacira Lopes Louro*. Belo Horizonte, Autêntica Editora, 2012.
- YOUNG, I Marion. *Justice and the Politics of Difference*. Princeton: Princeton University Press, 1990.
- _____. Lived body vs gender: Reflections on social structure and subjectivity. *Ratio*, v. 15, n. 4, p. 410-428, 2002.
- _____. O gênero como serialidade. *Pensar as mulheres como um colectivo social*. Tradução de Laura Fonseca e Marilena Freitas. *Ex. aequo*, nº8, 2003, pp. 113-139.
- _____. Structural injustice and the politics of difference. *Contemporary debates in political philosophy*, p. 362-383, 2009.
- _____. Kritické poznámky k Potížím s genderem. *Gender rovné příležitosti výzkum*, v. 10, n. 02, p. 57-59, 2009.

Recebido em: 11/00/2021

Aprovado em: 24/05/2021